

Ana Cristina Pinho, diretora-geral do Instituto, lembrou que o tabaco mata seis em cada dez de seus usuários. “Tabaco é uma droga, e tabagismo é uma doença”, enfatizou.

Tânia Cavalcante é premiada pela OMS

A atuação do INCA nas ações de controle do tabagismo ganhou um reconhecimento da OMS: o prêmio Dia Mundial sem Tabaco nas Américas foi concedido a Tânia Cavalcante, que está à frente da Secretaria Executiva da CONICQ desde 2003. A entrega foi feita pela representante da Opas no Brasil, Socorro Gross, e

pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em cerimônia virtual.

Segundo Tânia Cavalcante, a meta estabelecida pelo Brasil, como parte do plano de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis, é reduzir a atual prevalência de fumantes no País em 40% até 2030.

“Estamos trabalhando, com a rede de parceiros de controle do tabaco, para a construção de um plano de fortalecimento da Política Nacional de Controle do Tabaco. Esperamos chegar em 2030 com a prevalência de fumantes em torno de 5% ou menos”, anunciou.

Evento discute tabagismo, Covid-19 e reforma tributária

As complicações causadas pelo tabagismo nos pacientes infectados pela Covid-19 e a necessidade de aumentar impostos sobre produtos de tabaco foram os temas do seminário virtual *Tabagismo, Covid-19 e Reforma Tributária*. O evento foi promovido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (SE-CONICQ/INCA) no dia 2 de junho.

Na abertura, a diretora-geral, Ana Cristina Pinho, fez duras críticas às estratégias da indústria para alcançar o público jovem. Ela destacou que, no Brasil, 80% dos fumantes iniciaram-se no tabagismo antes dos 18 anos e fez um apelo à classe política para que a reforma tributária, discutida atualmente em Brasília, considere a tributação como um instrumento de saúde pública para fortalecer a Política Nacional de Controle do Tabaco.

“Que possamos, com esse debate, contribuir nas próximas etapas da reforma tributária e que os parlamentares brasileiros estejam convencidos da importância de um imposto seletivo sobre produtos de tabaco com o objetivo de desestimular o consumo”, declarou a diretora, acrescentando que parte dessa arrecadação deve ser destinada para garantir a implementação plena da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.

O diretor executivo do Instituto de Efetividade Clínica e Sanitária, Andrés Pichon-Riviere, apresentou um levantamento sobre os custos do tabagismo no Brasil e os benefícios sanitários e econômicos



de aumentar os preços dos produtos do tabaco. O sistema de saúde brasileiro gasta mais de R\$ 125 bilhões com doenças relacionadas ao fumo, cerca de dez vezes mais do que o valor arrecadado com impostos sobre cigarros e outros produtos de tabaco. Esse desequilíbrio ocorre também nos outros oito países da América Latina abordados no estudo.

De acordo com Pichon-Riviere, se o Brasil aumentasse o preço do cigarro em 50%, arrecadaria R\$ 140 bilhões em dez anos. Com isso, cerca de 135 mil mortes poderiam ser evitadas. Atualmente, mais de 160 mil óbitos por ano são atribuídos ao tabagismo no País. O especialista ressalta também que preços mais altos afastam os jovens do consumo.

Em relação à pandemia, Tânia Cavalcante alertou sobre o maior risco de formas mais graves da Covid-19 nos fumantes infectados, que têm duas a três vezes mais chances de serem internados em unidades de terapia intensiva. Ela ressaltou ainda que tanto a fumaça do cigarro como a Covid-19 causam hipoxia (redução da capacidade de oxigenação do sangue), inflamação generalizada e tendência à ocorrência de trombos, infarto e acidente vascular cerebral, o que coloca o fumante em situação de desvantagem para essas complicações quando infectado pelo novo coronavírus.